

<b>Processo nº:</b>	TC-4089.989.22-2
<b>Prefeitura Municipal:</b>	Álvares Machado
<b>Prefeito (a):</b>	Roger Fernandes Gasques
<b>População<sup>1</sup>:</b>	27.255 habitantes
<b>Porte do Município<sup>2</sup>:</b>	Pequeno
<b>Receita Corrente Líquida (RCL)<sup>3</sup>:</b>	R\$ 102.959.619,37
<b>Exercício:</b>	2022
<b>Matéria:</b>	Contas anuais

Em exame, nos termos do art. 71, I, c/c art. 31, §1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, XIII, da Constituição Estadual, e art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual 709/1993, prestação das contas municipais em epígrafe.

A partir das informações obtidas no curso do processo, consideram-se os resultados contidos no quadro abaixo:

SÍNTESE DO APURADO APÓS CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL	
CONTROLE INTERNO	<b>Irregular</b>
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	-3,78%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	15,41%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS – Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS – Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim <sup>4</sup>
ENCARGOS – Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS – Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO – Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LRF – Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,14%
LRF – Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim

<sup>1</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>; acesso em: 08/02/2024.

<sup>2</sup> Conforme critérios de uso interno definidos pelo TCE/SP.

<sup>3</sup> Evento 42.68, fls. 02.

<sup>4</sup> A despeito de constar, em quadro-resumo da Fiscalização, insuficiência do pagamento de requisitórios de baixa monta, a Origem esclareceu que a dívida foi integralmente quitada dentro do exercício e que o “saldo remanescente a pagar para o exercício seguinte refere-se a requisitório cujo vencimento ultrapassou o exercício, ou seja, não era exigível naquele momento” (evento 69.1, fls. 11). Esse também foi o entendimento da ATJ-ECO (evento 87.1, fls. 05).



ENSINO – Aplicação na Educação - artigo 212, CF (limite mínimo de 25%)	28,14%
ENSINO – Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,3%
ENSINO – Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO – Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	79,09%
ENSINO - Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO - Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	22,45%

Preliminarmente, ressalta-se que as contas desta Municipalidade foram objeto de Acompanhamento Semestral, com base nos subitens 1.3.2 e 4.5.2.2 da Ordem de Serviço SDG 01/2022<sup>5</sup>, cujas ocorrências iniciais apuradas pela Fiscalização foram anotadas no evento 16.29, objetivando oportunizar à Administração a prevenção e correção dos rumos das ações que se apresentassem com tendências ao descumprimento dos objetivos estabelecidos, dentro do próprio período.

Observada a adequação da instrução processual, respeitadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o Ministério Público de Contas, a despeito das conclusões da Assessoria Técnica (evento 87), opina pelo prosseguimento do feito, com emissão de **PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL**, com recomendações, vez que as contas de governo não se apresentaram dentro dos parâmetros legais e dos padrões esperados.

De início, importa lembrar que o controle externo, sob a égide do art. 70, *caput*, da Constituição Federal, deve fiscalizar o aspecto operacional da gestão pública para que seja

<sup>5</sup> 1.3.2. Acompanhamento Quadrimestral ou Semestral de Prefeituras Municipais – fiscalização quadrimestral ou semestral do exercício em curso, observando-se os modelos de relatórios pertinentes, abrangendo itens específicos predeterminados (obrigatórios) e outros eventualmente escolhidos pela Fiscalização (elegíveis), devendo-se seguir as orientações constantes do item 4.5 desta Ordem de Serviço.

4.5.2.1 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Crítico” serão fiscalizadas quadrimestralmente, sendo a fiscalização do 1º quadrimestre e a do fechamento do exercício realizadas de forma híbrida, e a do 2º quadrimestre, preferencialmente, de forma remota.

4.5.2.2 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Alto” serão fiscalizadas semestralmente, sendo a fiscalização do 1º semestre realizada, preferencialmente, de forma remota e a do fechamento do exercício realizada de forma híbrida.

4.5.2.3 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Moderado” serão fiscalizadas anualmente, na modalidade ordinária e de forma híbrida.

4.5.2.4 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Baixo” serão fiscalizadas anualmente, na modalidade ordinária e de forma remota.

4.5.2.5 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Muito Baixo” serão fiscalizadas anualmente, na modalidade de validação e de forma remota.



garantida, na forma do §10 do art. 165, também da CF, “a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”, sem que haja qualquer prejuízo para a aferição dos parâmetros patrimoniais, contábeis, orçamentários e financeiros.

Nessa perspectiva, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo criou o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), instrumento que mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal. Vale lembrar que a 1ª Edição do IEG-M foi lançada em outubro de 2014, contando com a participação dos 644 jurisdicionados municipais do Estado de São Paulo. Assim sendo, este Ministério Público de Contas entende que o período de mais de sete anos, decorrido entre o início da avaliação e o exercício 2022, foi – ou deveria ter sido – suficiente para que os gestores se adequassem à essa ferramenta de medição da efetividade da gestão, o que possibilita que o controle externo adote efetivamente o IEG-M como fator balizador da aprovação das contas municipais, evoluindo da mera verificação da conformidade legal das contas públicas para uma avaliação dos resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com a sociedade.

Acerca do assunto, vale mencionar as direções constantes no “Manual-IEG-M 2023” deste Tribunal de Contas<sup>6</sup>:

*“O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.*

*[...]*

*A Corte de Contas paulista entende que novas tecnologias de controle externo devem ser utilizadas para um novo modelo de fiscalização, com foco nos princípios da Economia, da Eficiência, da Eficácia e da Efetividade, respeitando suas atribuições constitucionais e legais.*

*Conforme as Diretrizes estabelecidas para 2022- 2026, a transparência, inovação e ética são essenciais para aumentar a efetividade e o reconhecimento social do Tribunal, cuja missão é fiscalizar e orientar, por meio da atuação preventiva e corretiva e da avaliação de atos e resultados, para que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada e transparente, em benefício da sociedade.*

*Esse grande desafio consiste em estabelecer caminhos para efetivar a **modernização e a ampliação do modelo de fiscalização de conformidade para o de auditoria de resultado**, nos moldes do que ocorre nas grandes nações desenvolvidas[...].*

*Uma mudança de comportamento das atividades de controle externo, em busca de análises de resultado da execução do orçamento dos entes federados jurisdicionados, deve passar por critérios técnicos e objetivos, muito bem delineados, que apresentem a convergência de interesses públicos com o planejamento estatal.*

*[...]*

*Neste sentido, o índice denominado IEG-M/TCESP – Índice de Efetividade da Gestão Municipal – além de proporcionar uma nova perspectiva mais contundente na fiscalização de resultado, permite que o Tribunal de Contas redirecione seus esforços aos anseios sociais.*

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2023>; acesso em 08/02/2024.



Nos presentes autos, houve o diagnóstico de que o Município obteve conceito geral **“C+ – Em Fase de Adequação” no IEG-M**, penúltimo patamar de qualificação. Ademais, não se pode olvidar de que o Município se encontra ao menos **há quatro exercícios abaixo da linha de efetividade**. Trata-se de cenário de estagnação que se revela, ao longo do tempo, socialmente regressivo, já que tal desempenho recalcitrantemente insuficiente tende a alimentar um círculo vicioso de más práticas e, por isso, corrói a já baixa qualidade dos serviços públicos locais.

Aliás, como se vê pelo quadro reproduzido a seguir, a Administração obteve em cinco das sete áreas analisadas as piores classificações possíveis (notas C ou C+), permanecendo, assim, muito distante dos padrões referenciais de efetividade na gestão municipal monitorados pela Corte de Contas Paulista.

INDICADOR TEMÁTICO	2019	2020	2021	2022
IEG-M:	C+ ↓	C+ ↑	C+ ↓	C+
I-PLANEJAMENTO:	C	C+ ↑	C ↓	C ↑
I-FISCAL:	B ↑	B ↑	B ↑	B ↓
I-EDUC:	C+ ↓	C+ ↓	C+	C+ ↓
I-SAÚDE:	B ↓	B ↓	C+ ↓	C ↓
I-AMB:	C ↓	C	C ↑	C ↓
I-CIDADE:	C ↓	C ↑	C ↓	C+ ↑
I-GOV TI:	C ↓	C ↑	B+ ↑	B+ ↓

É incontroverso, portanto, que, uma vez mais, os formais indicadores financeiros do Município não revelaram resolutividade, tampouco repercutiram na qualidade das políticas públicas locais. Ou seja, a ação governamental sob exame frustrou o dever de busca da máxima eficácia dos direitos fundamentais, bem como não resguardou operacional e qualitativamente a *“efetiva entrega de bens e serviços à população”* (art. 165, §10, da CF).



Particularmente no caso de Álvares Machado, o baixo desempenho operacional no IEG-M já foi objeto de recomendações e advertências por ocasião do exame das contas de **2017** (TC-6613.989.16 – Parecer Publicado no Diário Oficial em 04/12/2019), **2019** (TC-4711.989.19 – trânsito em julgado em 12/05/2021), **2020** (TC-3059.989.20 – trânsito em julgado em 13/05/2022) e **2021** (TC-7042.989.20 – trânsito em julgado em 10/08/2023).

Sobre o tema, o posicionamento deste Ministério Público de Contas encontra-se consolidado na Orientação Interpretativa MPC/SP nº 02.17<sup>7</sup>:

*OI-MPC/SP nº 02.17: É causa suficiente para emissão de parecer desfavorável a baixa efetividade dos gastos públicos aferida pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M).*

Em um contexto tão recalcitrantemente estagnado em baixo patamar de desempenho, a emissão de parecer favorável operaria como premiação da desídia gerencial. Não é pedagógico premiar uma gestão que apresenta recorrente baixo índice de efetividade, como o observado no presente caso, porque tal sinalização acomodatória de reiterados desempenhos insuficientes no IEG-M tende a desprestigiar os gestores que se empenharam mais e alcançaram índices de efetividade superiores, podendo tal proceder gerar indesejável desestímulo à busca de melhores resultados.

Em relação especificamente às dimensões que constituem o IEG-M, merece destaque o baixo desempenho do **i-Planejamento**, indicador afeto à fixação e ao atingimento de programas e metas na Administração Pública, que permaneceu no pior patamar possível (nota C), cenário que denota insucesso da Prefeitura em aprimorar o setor. Tal déficit de concepção inaugural acerca do que precisa ser feito e a que custo (metas físicas e financeiras) no planejamento compromete estruturalmente a consistência alocativa de recursos nas mais diversas políticas públicas.

Não por acaso as alterações promovidas na peça orçamentária corresponderam a 67,05% da despesa inicialmente fixada (evento 42.68, fls. 27/28), percentual desarrazoado, vez que muito superior à inflação oficial registrada no período (de 5,79%, IPCA/IBGE). Aludida

<sup>7</sup> As Orientações Interpretativas do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, aprovadas pelo Colégio de Procuradores, estão disponíveis no sítio oficial do MPC – <http://www.mpc.sp.gov.br/orientacoes-interpretativas/>





disparidade, de natureza reincidente<sup>8</sup>, serve de forte indício acerca das deficiências nos métodos de planejamento adotados pela Administração.

Assim, em consonância às Orientações Interpretativas sobre Contas de Prefeituras Municipais deste Ministério Público de Contas - OI MPC/SP nº 02.01<sup>9</sup>, a constatação de excessivas alterações orçamentárias é causa concorrente para emissão de parecer desfavorável.

No tocante à **gestão do ensino municipal**, houve a manutenção do i-Educ na penúltima faixa de avaliação (nota “C+” – em fase de adequação) pelo quarto ano consecutivo, cenário que denota pouca efetividade no que concerne ao necessário fortalecimento do setor.

Entre as ocorrências apuradas no bojo do sobredito indicador, sobressai a ocorrência de o **piso salário do magistério encontrar-se abaixo do piso nacional** (evento 42.68, fls. 15). Tal falha, por si só, desconstrói a pretensão de se reputar como válido o cumprimento dos deveres de aplicação de recursos vinculados à educação (artigos 212 e 212-A, da CF), haja vista a afronta ao artigo 206, VIII, da Constituição Federal, além de inobservância à Lei 11.738/2008 e à meta 18 do Plano Nacional de Educação.

Reprovável, ainda, a necessidade de reparos e a ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros vigente em alguns estabelecimentos de ensino (evento 42.68, fls. 14/15), falha que não deve ser ignorada na apreciação das contas anuais, em vista do iminente perigo a que submete a população local, e que vem sendo rechaçada de forma reiterada por este Tribunal de Contas e também pelo Poder Judiciário<sup>10</sup>.

Tampouco podem ser ignoradas as falhas identificadas na gestão da **saúde**, cujo indicador setorial (i-Saúde) recaiu à última faixa no âmbito do IEG-M, que designa gestões caracterizadas “baixo nível de adequação”, o que denota descomprometimento do Executivo para com a garantia de efetividade e qualidade da gestão sanitária.

Entre as falhas que motivaram o baixo desempenho, apontadas no Relatório da Fiscalização, destaca-se a necessidade de reparos e a ausência de AVCB vigente em algumas

<sup>8</sup> TCs 4370.989.18, 4711.989.19 e 3059.989.20 e 7042.989.20.

<sup>9</sup> OI-MPC/SP nº 02.01: Concorre para emissão de parecer desfavorável realizar excessivas alterações orçamentárias, na medida em que sinalizam dissonância entre as principais peças do orçamento, evidenciando planejamento precário ou desapego ao que foi programado, em violação ao princípio básico da responsabilidade fiscal.

Disponível em <https://www.mpc.sp.gov.br/orientacoes-interpretativas>

<sup>10</sup> A exemplo das Ações Cíveis Públicas 0005655-45.2015.8.26.0157, 1014631-07.2018.8.26.0161 e 1014095-93.2018.8.26.0161.



unidades de saúde administradas pelo Município; assim como a existência de demanda reprimida para consultas e exames de diversas especialidades (evento 42.68, fls. 15/20).

Há que se reforçar que a concretização do direito social à saúde não se restringe ao cumprimento da regra constitucional referente ao gasto mínimo, uma vez que é preciso garantir que tal gasto esteja acompanhado de qualidade efetiva, sobretudo mediante o enfrentamento planejado da demanda reprimida por ações e serviços públicos de saúde.

No tocante à **gestão de recursos humanos**, permanece a existência de cargos em comissão cujas atribuições não possuem características de direção, chefia e assessoramento, em ofensa ao art. 37, inc. V, da Constituição Federal; bem como sem a exigência de nível superior de escolaridade, em desatendimento ao Comunicado SDG nº 32/2015 (evento 42.68, fls. 36/38).

Agrava a situação a natureza reincidente dos sobreditos desacertos, eis que há muito tempo vêm sendo objeto de recomendações e determinações por este Tribunal de Contas nas decisões de diversos exercícios, a saber: **2017** (TC-6613.989.16), **2018** (TC-4370.989.18), **2019** (TC-4711.989.19), **2020** (TC-3059.989.20) e **2021** (TC-7042.989.20).

Frise-se ser entendimento consolidado nas Orientações Interpretativas sobre Contas de Prefeituras Municipais deste Ministério Público de Contas - OI MPC/SP nº 02.16<sup>11</sup>, que a constatação de reincidência de falhas verificadas em exercícios anteriores, com tempo suficiente para sua correção, concorre para a emissão de parecer desfavorável.

Por fim, em uma perspectiva operacional sistêmica, os demonstrativos das presentes contas são agravados pelo inadequado funcionamento do **Sistema de Controle Interno** da Municipalidade, haja vista a emissão de relatórios meramente formais, restritos à *“informação de índices e valores de execução orçamentária, valores aplicados no Ensino, Saúde, despesa de pessoal, licitações realizadas, entre outros itens”* (evento 70.34, fls. 04/05).

Caso operasse segundo os ditames dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o Controle Interno poderia ter evitado grande parte das falhas apontadas pela Fiscalização, uma vez que permitiria ações preventivas, de correção e de aperfeiçoamento da gestão.

<sup>11</sup> OI-MPC/SP nº 02.16: Concorre para emissão de parecer desfavorável a reincidência de falhas verificadas em exercícios anteriores, com tempo suficiente para sua correção.

Disponível em <https://www.mpc.sp.gov.br/orientacoes-interpretativas>



Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, na qualidade de fiscal da ordem jurídica, opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL**, notadamente, pelos seguintes motivos:

1. **IEG-M** – deficiências na gestão qualitativa dos recursos públicos, evidenciadas pela nota do IEG-M (geral) e da maioria dos indicadores temáticos (específicos) em índices baixíssimos no exercício; IEG-M se encontra abaixo da linha da efetividade pelo menos há quatro anos consecutivos (REINCIDÊNCIA);
2. **Item A.5** – inefetiva atuação do Controle Interno, na contramão do que preleciona os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal;
3. **Item B.1** – deficiências no planejamento municipal, evidenciadas pela permanência da nota do indicador setorial no patamar “C” (baixo nível de adequação) no âmbito do IEG-M;
4. **Item B.3** – fragilidade operacional das políticas públicas de educação, comprometendo a dimensão qualitativa do respectivo piso (art. 212, da CF); i-Educ com nota “C+” por quatro anos consecutivos;
5. **Item B.4** – deficiências na gestão qualitativa dos recursos públicos voltados à saúde, evidenciadas pela retração do índice setorial ao insuficiente patamar “C” (baixo nível de adequação) de avaliação no âmbito do IEG M;
6. **Item C.1.1** – elevado percentual de alterações orçamentárias no transcorrer do exercício, correspondente a 67,05% da despesa inicialmente fixada, em desacordo com as orientações deste Tribunal (Comunicados SDG 29/2010 e 32/2015) (REINCIDÊNCIA);
7. **Item C.1.10.2** – existência de cargos comissionados sem características de direção, chefia ou assessoramento, em ofensa ao art. 37, inc. V, da Constituição Federal (REINCIDÊNCIA);
8. **Item C.1.10.3** – ocupantes de cargos em comissão sem nível universitário de escolaridade, em desatendimento ao Comunicado SDG 32/2015 (REINCIDÊNCIA).

Ademais, o responsável deve adotar providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 71, IX, da Constituição Federal e art. 33, X, da Constituição Estadual) e aprimorar a gestão nos seguintes pontos:

1. **Item A.4** – sane os as falhas apontadas nas Fiscalizações Ordenadas realizadas no período (Resíduos Sólidos; Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares);
2. **Itens B.1, B.2, B.5, B.6 e E.2** – alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1º da LRF e art. 83 da Lei 4.320/1964), observando o Comunicado SDG 34/2009;
3. **Itens B.2, B.5, B.6, B.7 e F.1** – corrija as diversas impropriedades apontadas pelo IEG-M, conferindo maior efetividade aos serviços prestados à população e visando alcançar as metas propostas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU;
4. **Item B.5.1** – aprimore a gestão dos resíduos sólidos;
5. **Item C.1.1** – envide esforços no sentido de gerar resultados orçamentários positivos nos exercícios subsequentes, de modo a garantir a manutenção da hígidez financeira na gestão municipal;





6. **Item C.1.9.1** – proceda à contabilização adequada dos gastos com terceirização de mão de obra, em atendimento ao disposto no artigo 18, § 1º, da LRF;
7. **Item C.1.10.4** – limite a contratação de trabalho em sobrejornada a situações excepcionais, observando, também, o limite previsto no art. 59 da CLT;
8. **Item E.1** – observe as normas de transparência vigentes;
9. **Item F.2** – cumpra as recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas.

Oportuno que tais recomendações, expedidas com fulcro no art. 24, §3º<sup>12</sup>, c/c art. 23, §4º, parte final, da Lei Complementar Estadual 709/1993<sup>13</sup>, sejam incluídas pela SDG no cadastro específico previsto no art. 212, inc. II, alínea ‘r’, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas<sup>14</sup>, para fins de **monitoramento**.

É preciso, ademais, alertar que a reincidência sistemática nas falhas incorridas poderá culminar no juízo desfavorável das contas, sujeitando ainda o responsável às sanções previstas no art. 104, inc. VI e §1º, da Lei Complementar Estadual 709/1993<sup>15</sup>.

Por fim, tendo em vista a **falta de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros** em estabelecimentos de **ensino e saúde** (evento 42.68, fls. 15 e 16), em ofensa à Lei Complementar Estadual 1.257/2015<sup>16</sup> e ao Decreto Estadual 63.911/2018<sup>17</sup>, pugna-se pelo encaminhamento de ofício ao Comando do Corpo de Bombeiros, noticiando-se esse apontamento do relato fiscalizatório para as providências que sejam cabíveis.

É o parecer.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2024.  
**RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA**  
Procurador do Ministério Público de Contas

/MPC-57

<sup>12</sup> LCE 709/1993, art. 24. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.

§3º. o parecer de que trata este artigo atenderá ao disposto no § 4º do artigo anterior.

<sup>13</sup> LCE 709/1993, art. 23. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, no prazo fixado pela Constituição, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, a Assembleia Legislativa.

§4º. O parecer de que trata este artigo consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, indicando, se for o caso, as irregularidades, as parcelas impugnadas, as ressalvas e as recomendações. (destaques do MPC)

<sup>14</sup> RITCESP, art. 212. Ao Secretário-Diretor Geral compete:

II - como Diretor Geral:

r) manter cadastro específico das sanções pecuniárias aplicadas aos administradores e das recomendações, que impliquem obrigação de fazer, dirigidas à Administração.

<sup>15</sup> LCE 709/1993, art. 104. O Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até 2.000 (duas mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) ou outro valor unitário que venha a substituí-la, aos responsáveis por:

VI - reincidência no descumprimento de determinação ou Instruções do Tribunal de Contas.

§1º. Ficará sujeito à multa prevista neste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal de Contas, salvo motivo justificado.

<sup>16</sup> Institui o Código estadual de proteção contra Incêndios e Emergências e dá providências correlatas.

<sup>17</sup> Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e estabelece outras providências.

